

# VARIAÇÕES TOPONÍMICAS, CRIAÇÕES E EXTINÇÕES DE MUNICÍPIOS NA EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gabriela Calafate Ferreira<sup>1</sup>

Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes<sup>1</sup>

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Geociências - Departamento de Geografia – Rio de Janeiro, Brasil

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the municipal political-administrative division evolution of Rio de Janeiro State, since its genesis, based on their dates of creation, extinction and toponymic variations. Thus, it proposes to present the importance of the temporal basis in spatial variations and the Historical Cartography for the understanding of past information, in addition to elaborating graphic materials. It is part of a study developed by the Laboratory of Cartography of Federal University of Rio de Janeiro, which is mapping this evolution.

**Keywords:** Cartography, Historical cartography, Cartography Evolution

## INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro é um Estado de grande destaque na composição do Brasil, uma vez que já foi palco de acontecimentos políticos, econômicos e sociais, dentre outros, marcantes na trajetória nacional. A cidade de mesmo nome foi importante como capital do vice-reinado no século XVIII e entreposto de comércio das riquezas extraídas das Minas Gerais, por exemplo. Em relação ao seu território, a Capitania do Rio de Janeiro o teve quase inteiramente sedimentado ao início do século XIX. Anteriormente, em alguns períodos dos séculos XVII e XVIII, o seu território englobava parte dos atuais estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chegando até à Colônia de Sacramento - no entanto, ressalta-se que essa pesquisa se limitará ao território atual, projetado ao passado. Por outro lado, o modelo administrativo interno foi desenvolvido pelo modelo português, com a criação de capellas, freguesias e curatos, e suas consequentes elevações à vilas e cidades.

A primeira divisão administrativa criada no estado corresponde à cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, a partir da qual foi realizada uma série de subdivisões até chegar à sua conformação atual. Sendo assim, ocorreram diversas alterações nesse território, que podem ser de três tipos: alteração geográfica, em que há perda ou ganho de área de uma divisão administrativa para outra; alteração toponímica, onde

há mudança do topônimo indicativo do nome atribuído à divisão administrativa; e alteração ortográfica no topônimo, por alteração da ortografia do português. As mudanças geográficas podem ser observadas quando o território inicialmente destinado a um município é fragmentado e origina uma série de novos municípios. Esse é o caso, por exemplo, da fragmentação do território inicial de Nova Iguaçu, que originou os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita (Figura 1). As alterações toponímicas podem ocorrer de duas formas - por mudança do distrito sede ou por alteração no topônimo do município sede. Os topônimos, ou nomes geográficos, são os nomes atribuídos à todas as feições naturais ou antrópicas situadas na superfície terrestre (ou não). Destaca-se que o ato de nominar é uma característica do ser humano, a começar pelo ato de nomear seus semelhantes. Desse modo também são nomeadas as cidades, rios, montanhas, lugares, que ao longo do tempo podem sofrer ou não essas alterações apresentadas.

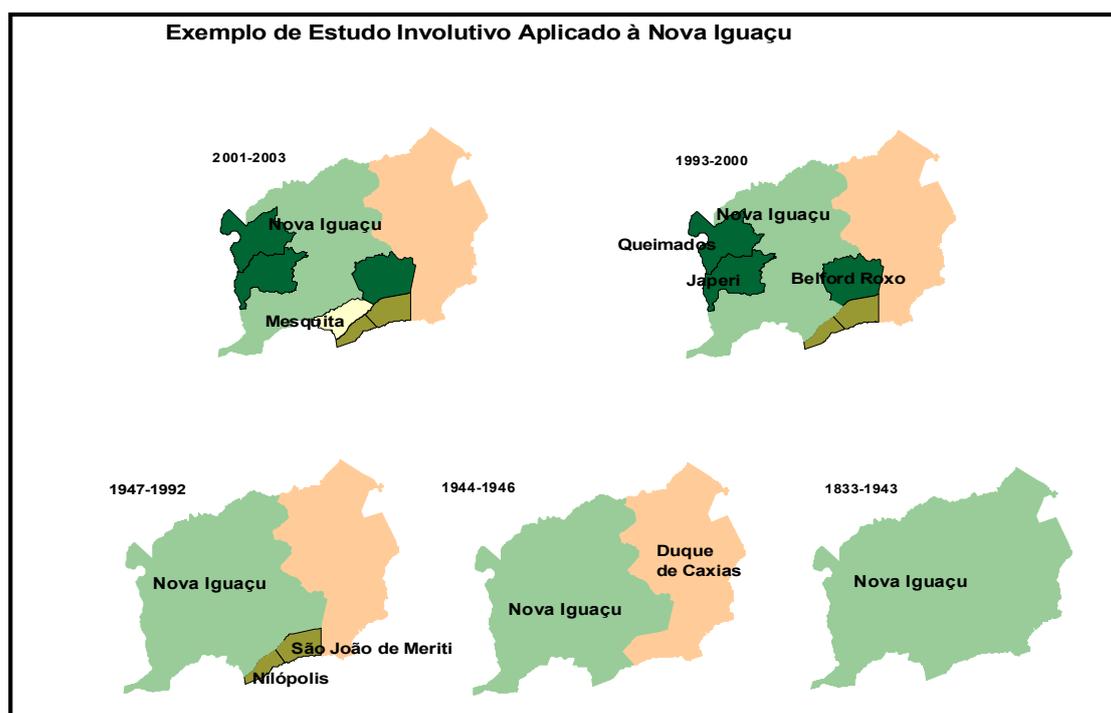


Figura 1. Involução de Nova Iguaçu (GeoCart/UFRJ)

Diante desse grande destaque do Estado no cenário nacional, compreender a sua história se faz indispensável, o que exige assimilar essas alterações geográficas e toponímicas. É importante que elas sejam analisadas considerando o caráter temporal, de forma cronológica, pois assim é possível visualizar a evolução dos municípios. Nesse aspecto, destacam-se os estudos cartográficos, mais especificamente a Cartografia Histórica, que permite o resgate de representações e informações espaciais passadas. As ferramentas que permitem desenvolver o estudo diacrônico e

ordenar os períodos de transformações são as leis e documentos sobre a criação, instalação e alterações, nos períodos da Colônia, Reino Unido, Império e República, definidos pelos alvarás, decretos e leis estabelecidas pelo governo central, estadual, provincial ou da capitania, sobre o gerenciamento das divisões administrativas desse território, bem como da sua Cartografia Histórica. Portanto, uma vez que a divisão político-administrativa e os topônimos municipais estejam representados ao longo de diversos anos, suas alterações são evidenciadas e é possível desenvolver diversos estudos que tenham como base a relação entre o estabelecimento dos municípios e a variação temporal. Dessa forma, tem-se um estudo histórico-cartográfico-geográfico, que permitirá uma visão evolutiva de suas transformações (Figura 2).

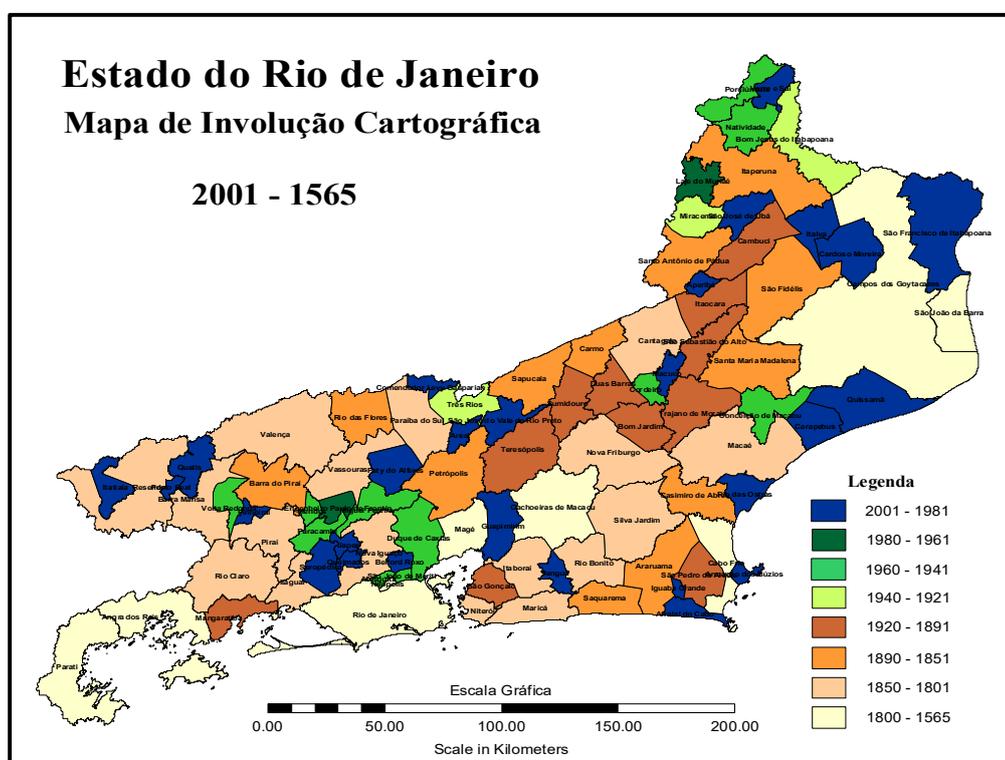


Figura 2. Estrutura involutiva do estado do Rio de Janeiro (GeoCart/UFRJ)

O presente trabalho é parte inicial de um estudo histórico-geográfico-cartográfico sobre a evolução das divisões político-administrativas – que, de acordo com o momento histórico, podem equivaler à freguesias, curatos, vilas, cidades ou municípios - do Rio de Janeiro e visa à análise dos períodos em que elas foram criadas, extintas e os diferentes topônimos atribuídos às mesmas. Para isso, busca-se organizar, cronologicamente, a ordem em que esses eventos ocorreram e compreender também como eles podem estar correlacionados. Ademais, também há como finalidade a elaboração de material gráfico e cartográfico que possibilite uma melhor análise e representação de todos os aspectos citados. Será apresentado um panorama numérico e visual das transformações, sem partir para a elaboração de

mapas dos períodos retratados, uma vez que os mesmos já foram produzidos pelo Laboratório de Cartografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## **METODOLOGIA**

Tendo em vista a necessidade de se obter as datas relacionadas à criação das divisões político-administrativas, a etapa inicial consistiu em pesquisar esses dados por meio da consulta de leis, alvarás, decretos e outros documentos que permitissem a sua obtenção. Ademais, nos mesmos arquivos também foram coletadas informações que registrassem as variações toponímicas e extinções, mesmo que de forma temporária, dos mesmos.

Em seguida, essas informações foram selecionadas e verificadas. A seleção consistiu em extrair do material inicial os dados que coincidiram com o objetivo desse estudo e separá-los dos que estivessem relacionados a outro tema. Já a verificação foi baseada em confrontar os diferentes documentos, pois foram recorrentes as situações em que uma mesma divisão tinha diferentes datas para a sua criação, instalação ou extinção. Para essa pesquisa, a data efetivamente considerada foi a de instalação. Como algumas divisões foram extintas, permanentemente ou temporariamente, houve nesse caso a necessidade de considerar também uma data de recriação.

De posse, então, dos dados filtrados, eles puderam ser categorizados em tabelas. Elas foram elaboradas considerando todos os municípios que já foram criados no Estado, inclusive os que estão extintos. Algumas foram destinadas a conter os seus anos de criação, enquanto em outras eles estavam listados ao lado de todos os seus topônimos e respectivas datas.

Por fim, com as informações categorizadas, foi realizada a produção de material escrito e gráfico. Essa etapa pautou-se na construção de gráficos, tabelas e fluxogramas com os dados coletados para serem interpretados e em uma posterior análise. Nesses materiais, foi necessário escolher períodos de anos para categorizar as informações, os quais foram baseados nas datas fornecidas nos documentos e em divisões que permitissem a organização das mesmas.

## **RESULTADOS**

Inicialmente, é importante analisar como se deu a criação de municípios no Rio de Janeiro ao longo dos anos – ou seja, a quantidade de municípios existentes ao longo

do tempo, desde o primeiro até os 92 atuais. Essa criação (Gráfico 1) começou a ser mais expressiva a partir do início do século XIX e aumentou ainda mais no século XX. Sendo assim, percebe-se que a maioria dos municípios do Estado foram criados há menos de 200 anos. Já em relação à extinção, essa não é uma variável de grande influência na quantidade total dos mesmos existentes, uma vez que apenas quatro deles foram extintos permanentemente. Ainda assim, ela deve ser considerada nas representações, cálculos e análises e será desenvolvida posteriormente nesse estudo.

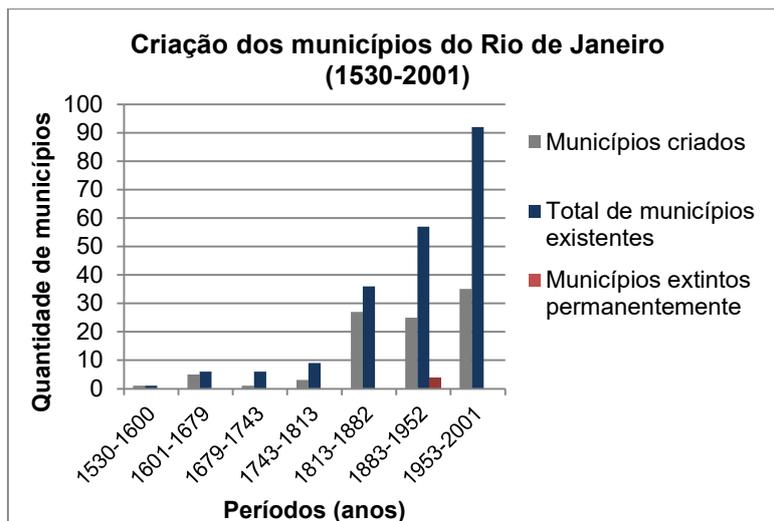


Gráfico 1. Municípios criados entre 1530 e 2001 no Rio de Janeiro

Uma vez que a quantidade de municípios é maior a partir do século XX, é esperado que ao tratar das variações toponímicas às quais eles foram submetidos, elas também se façam mais presentes a partir desse momento – e pode-se perceber que isso ocorre (Gráfico 2).

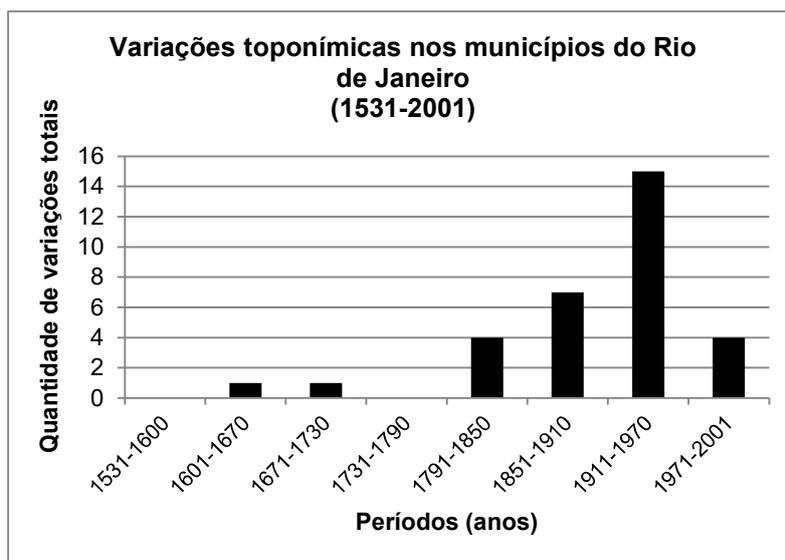


Gráfico 2. Variações toponímicas registradas entre 1531 e 2001 nos municípios do Rio de Janeiro

Por meio do gráfico acima, também percebe-se que os municípios em questão já sofreram diversas alterações toponímicas, o que é fundamental de ser considerado na hora de ler documentos históricos, por exemplo, pois um município pode estar sendo citado a partir de um topônimo pretérito que não seja semelhante ao atual. Essa é uma situação que pode ser exemplificada pelo município Trajano de Moraes, que inicialmente foi chamado de São Francisco de Paula. Todavia, esse gráfico não informa a natureza das variações. Sabe-se que muitas delas foram meramente ortográficas, onde pode-se citar, para ilustrar, Pirahy passando a se chamar Piraí e Macahé sendo alterado para Macaé. Já algumas outras foram alterações em que o novo topônimo não remete ao antigo, como no caso citado de Trajano de Moraes. Sendo assim, a natureza dessas variações também foi representada para ser melhor compreendida (Gráfico 3).

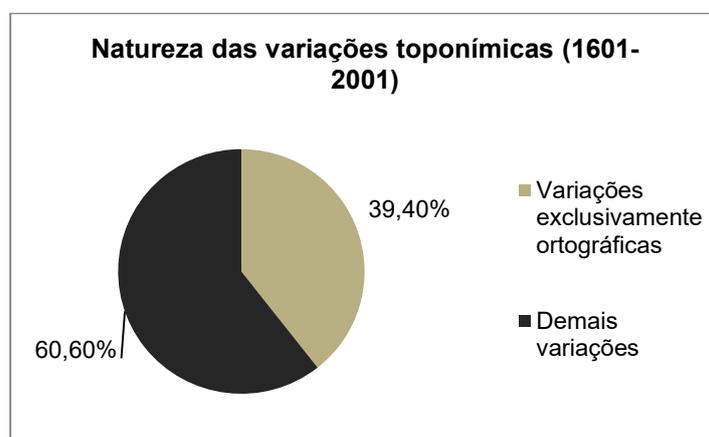


Gráfico 3. Natureza das variações toponímicas dos municípios do Rio de Janeiro

De posse dessas informações, coloca-se, então, que a maioria das variações toponímicas não foram apenas ortográficas. Isso reforça a necessidade de se conhecer os topônimos que já foram atribuídos aos municípios para a compreensão completa de documentos, estudos, ou outros materiais, que se refiram aos mesmos por seus topônimos antigos.

As análises acima indicam 33 variações toponímicas entre 1565 e 2001, mas elas não se comportam da mesma forma em todos os municípios - alguns podem ser atribuídos ao mesmo topônimo ao longo de todos esses anos, enquanto outros podem ser relacionados a dois, três, ou mais. Portanto, é interessante que as variações também sejam examinadas de acordo com o modo que se comportaram em cada município (Gráfico 4). Nesse aspecto, percebe-se que mais de 70 dos municípios já criados no Rio de Janeiro não sofreram nenhuma variação toponímica. Assim, o número de municípios associados a essas alterações se restringe. Observa-se

também que a quantidade de topônimos por município diminui conforme o numerador dessa relação aumenta. Por exemplo: há 13 municípios que já receberam exclusivamente dois topônimos cada, como Entre Rios sendo alterado, apenas uma vez, para Três Rios, o que totaliza estritamente dois topônimos atribuídos a ele. Todavia, há apenas um município que já recebeu cinco topônimos. Esse é o caso de Cachoeiras de Macacu, que já foi nomeada de Santo Antônio de Sá, Sant'Anna do Macacu, Sant'Anna do Japuhya e Cachoeiras.

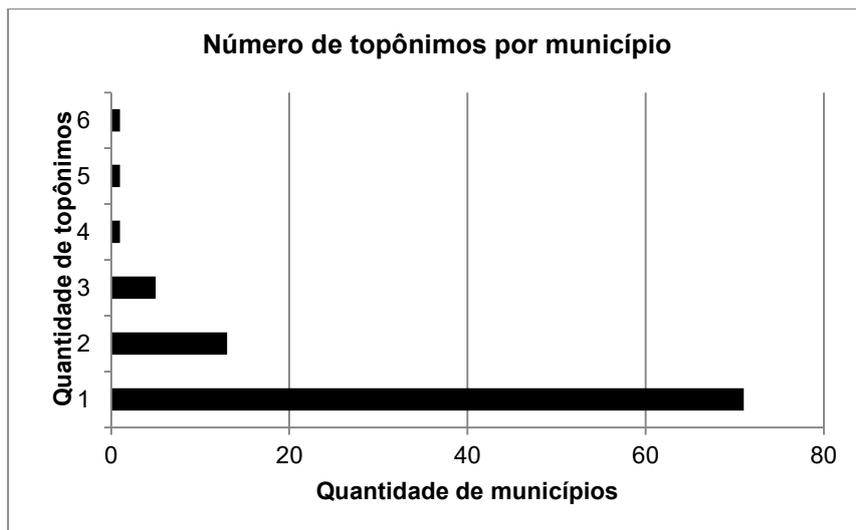


Gráfico 4. Número de topônimos que cada município já recebeu individualmente

Ademais, também há situações em que o mesmo município sofreu diversas variações toponímicas, mas o mesmo topônimo foi repetido algumas vezes. Esse é o caso de Cambuci, que, além desse topônimo e de Cambucy, já foi nomeado de Monte Verde mais de uma vez. Ou seja, ele sofreu seis variações toponímicas, mas não foram relacionadas a seis topônimos diferentes, e sim a três.

Se tratando de municípios extintos, existem ainda aqueles que foram retirados do Estado por alguns anos, mas posteriormente retornaram. Esse é o caso de Bom Jesus do Itabapoana e Paty dos Alferes, que podem ser observados abaixo (Tabela 1). Percebe-se que o município Paty dos Alferes permaneceu extinto por mais de 150 anos e Bom Jesus do Itabapoana por mais de 45.

**TABELA 1: DATAS DE CRIAÇÃO, EXTINÇÃO E RECRIAÇÃO DE PATY DOS ALFERES E BOM JESUS DO ITABAPOANA**

Municípios	Ano de criação	Ano de extinção	Ano de recriação
<b>Paty dos Alferes</b>	1820	1833	1987
<b>Bom Jesus do Itabapoana</b>	1890	1892	1938

Fonte: GeoCart/UFRJ

Como explicado anteriormente, essas análises se referem a todos os municípios que já foram criados no Estado do Rio de Janeiro. Porém, alguns já foram extintos e não compõe os 92 municípios existentes atualmente. Eles são: Estrella, São João Marcos e São José Del Rey. Alguns existiram por menos de 50 anos, como é o caso de Estrella, mas os outros se fizeram presentes por mais de 100. Tendo em vista que a existência desses municípios influencia na evolução em questão e, conseqüentemente, nas análises que estão sendo propostas, foi elaborado um fluxograma (Figura 3) para ilustrar os períodos em que eles tiveram presentes.

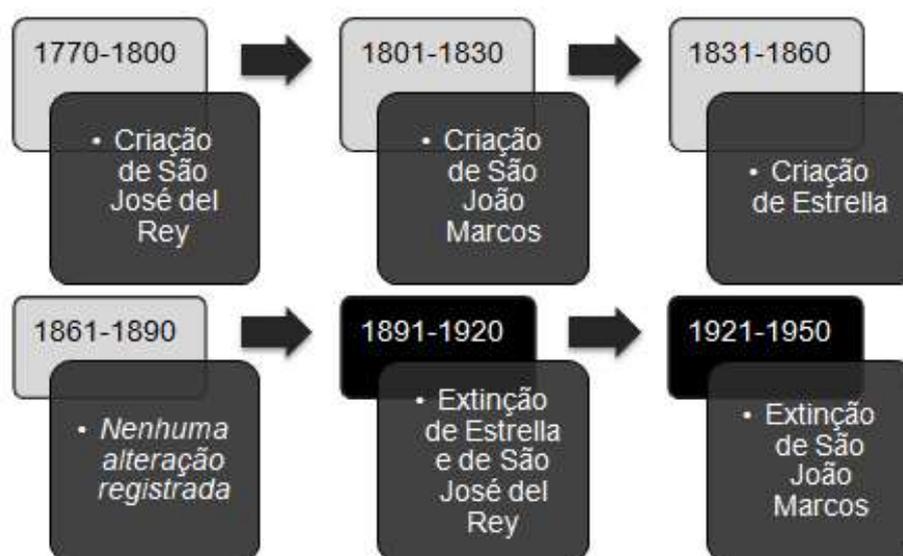


Figura 3. Ordem cronológica de criação e saída dos municípios extintos do Rio de Janeiro

Essas informações são de extrema relevância para a produção de representações cartográficas, uma vez que a presença, bem como a ausência, desses municípios se deu por anos e altera a divisão espacial do Estado e, conseqüentemente, o produto cartográfico. Ou seja, a representação desses municípios deve ocorrer, ou não, de acordo com a data escolhida para o Estado ser

retratado e essa ausência, ou presença, dos mesmos também altera a representação de outros municípios no mapa.

Além disso, existem alguns municípios que permaneceram extintos por um período pequeno de poucos meses e logo foram recriados. Esse é o caso, por exemplo, de Mangaratiba. Nessas situações, não há tanta influência nas produções cartográficas que consideram o período de um ano ou mais. Sendo assim, eles devem ser examinados de acordo com o período ao qual busca-se fazer a representação.

## **CONCLUSÕES**

Com base no exposto, pode-se observar que a evolução dos municípios no Estado do Rio de Janeiro engloba diferentes aspectos. Um deles, as suas criações, se comporta de forma mais expressiva a partir dos séculos XIX e XX – períodos que são acompanhados de maior presença também das variações toponímicas, como de esperado. Essas mudanças de topônimos não atingem a todos os da mesma forma – alguns são submetidos a mais variações e outros seguem com o mesmo topônimo desde sua criação. Outro tópico fundamental é a extinção dos municípios, uma vez que alguns foram extintos permanentemente, outros permaneceram ausentes por anos, e alguns apenas por meses. Assim, a sua retirada e, em alguns casos, recriação, altera a organização político-administrativa do Estado e, conseqüentemente, as representações cartográficas.

Fica evidente, portanto, que é fundamental considerar o caráter temporal nos estudos acerca da evolução dos municípios do Rio de Janeiro, uma vez que seu espaço foi modificado constantemente ao longo dos anos. Ademais, conclui-se que as representações dessas variações no Estado podem facilitar a compreensão da sua história, desenvolvimento e estabelecimento de relações em outros diversos âmbitos de estudo, como o político ou econômico, por exemplo. Sendo assim, a Cartografia Histórica, auxiliada de materiais gráficos, se reforça como uma grande ferramenta para compreender informações e dinâmicas de organizações espaciais passada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Departamento Nacional de Estatística. **Divisão Administrativa do Brasil 1933**; DNE, Rio de Janeiro, 1933  
Directoria do Serviço de Estatística. **Divisão Administrativa em 1911**; DSE, Rio de Janeiro, 1913

ESCOBAR, I. **Formação dos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: A Noite, 19[.].

IBGE. **Cidades@**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index2.htm>>.

IBGE. **Divisão Territorial Brasileira – 1950**; IBGE, Rio de Janeiro, 1950

IBGE. **Divisão Territorial Brasileira – Rio de Janeiro**; FIBGE, Rio de Janeiro, 2002

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; FIBGE, Rio de Janeiro, 1960

IBGE. **Síntese da Documentação Histórica-Administrativa e Geográfica dos Estados do Brasil – Rio de Janeiro**; FIBGE, Rio de Janeiro, 1995

MENEZES, P. M. L., DIAS, A. C., COSTA, B. F., **Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro**, 9º Encontro de Geógrafos de América Latina, EGAL, Mérida, México, 2003

MENEZES, P. M. L., **Notas de Aula de Cartografia e Cartografia Temática**, Não publicadas, Curso de Graduação em Geografia, Dep de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ. 1996a.

MENEZES, P. M. L., FERNANDES, M.C. **Roteiro de Cartografia Temática**, Oficina de Textos, São Paulo, 2018

OLIVEIRA, C., **Dicionário Cartográfico**, IBGE, Rio de Janeiro, RJ. 1980.

PETERSON, M. P. Elements of Multimedia Cartography. In: CARTWRIGHT, W.; PETERSON, M. P.; GARTNER, G. **Multimedia Cartography**. 1ª ed. Berlin: Springer-Verlag, 1999, 343 p., p.31-40.

RIHGB, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, **Chorographia Fluminense – O Estado do Rio de Janeiro em 1896**, IHGB, Tomo LXVII, Parte 2, Imprensa Nacional, 1904